

EDcl nos EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.503.527 - SC (2014/0342955-3)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
EMBARGANTE : EMILIO WILLAIN
ADVOGADOS : FABRICIO NATAL DELL' AGNOLO E OUTRO(S) - SC014050
PATRÍCIA MICHELE KEMPER - SC033780
EMBARGADO : BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO : RENATO MARCONDES BRINCAS E OUTRO(S) - SC008540

DECISÃO

Cuida-se de segundos embargos de declaração opostos por EMILIO WILLAIN em face de decisão de fls. 378/383.

O embargante pretende seja " 'expressamente' condenada a parte ré - nesta fase de conhecimento - também no tocante às ações oriundas da telefonia móvel (Telesc Celular S/A) e seus respectivos 'proventos', sob pena de configurar julgamento 'CITRA PETITA', vez que existe pedido 'expresso' no tocante às referidas ações (item 5.b da petição inicial), aliado ao fato de que, repita-se, o caso em tela versa sobre 'ação de conhecimento' e não de cumprimento de sentença" (fl. 409).

Intimada à fl. 411, não houve impugnação da parte embargada (fl. 414).

O recurso não merece prosperar.

Da leitura dos autos não identificado, na decisão embargada, nenhum dos vícios necessários ao conhecimento dos embargos declaratórios, a teor do art. 1022 do Código de Processo Civil/2015, adstrito à correção de omissão, contrariedade, obscuridade ou, ainda, erro material. Nesse sentido:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL
EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. FALÊNCIA.
IMPONTUALIDADE. TÍTULO EXECUTIVO JUDICIAL.
EXECUÇÃO FRUSTRADA. DESNECESSIDADE. LIQUIDEZ
DO TÍTULO. SIMPLES CÁLCULO ARITMÉTICO PARA
INCLUSÃO DO VALOR DOS ENCARGOS E ABATIMENTO
DOS PAGAMENTOS PARCIAIS. ACLARATÓRIOS.
AUSÊNCIA DE OMISSÃO. EFEITOS INFRINGENTES.
IMPOSSIBILIDADE. DESCABIMENTO. (...) 2. Ausentes as
hipóteses insertas no art. 535 do CPC, inexistindo omissão,

contradição ou obscuridade, não merecem acolhida os embargos que se apresentam com nítido caráter infringente, onde se objetiva rediscutir a causa já devidamente decidida. 3. Caráter manifestamente protelatório dos embargos de declaração, ensejando a aplicação da multa prevista no artigo 538, parágrafo único, do CPC. 4. Embargos de declaração rejeitados, com aplicação de multa. (EDcl no AgRg no Ag 1073663/PR, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 09/08/2011, DJe 16/08/2011)

Observe-se que em sua petição o embargante sequer demonstra omissão, obscuridade ou contradição no julgado embargado, fazendo arguições genéricas e sem similitude com o disposto no art. 1.022 do Código de Processo Civil/2015.

A decisão embargada abordou, expressamente, as questões que se pretenderam discutidas no especial, estando assim redigida (fls. 378/383):

Trata-se de recurso especial interposto por EMILIO WILLAIN contra acórdão assim ementado (fls. 146/149):

APELAÇÃO CÍVEL. SUBSCRIÇÕES DE AÇÕES TELESC S/A (BRASIL TELECOM). CONTRATO DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA. ILEGITIMIDADE ATIVA RECONHECIDA NO PRIMEIRO GRAU. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. ARTIGO 267, INCISO VI, DO CPC. INSURGÊNCIA DA PARTE AUTORA. LEGITIMIDADE ATIVA CONFIGURADA. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DAS ALEGAÇÕES DA PARTE RÉ. CONCESSIONÁRIA DEVIDAMENTE INTIMADA PARA APRESENTAR DOCUMENTO COMPROBATÓRIO. INÉRCIA. INCIDÊNCIA DO ARTIGO 359, INCISO I, DO CPC. DOCUMENTO UNILATERAL. SENTENÇA REFORMADA. JULGAMENTO DA CAUSA PELO TRIBUNAL. APLICAÇÃO DO ART. 515, § 3º, DO CPC. LEGITIMIDADE PASSIVA CONFIGURADA.

A Brasil Telecom S.A. é parte legítima para figurar no pólo passivo da ação para responder pela emissão de ações ou indenizações em nome da TELESC S.A. e TELEBRÁS, por

ser responsável pelo cumprimento do instrumento negocial firmado com os demandantes.

PRESCRIÇÃO AFASTADA. Os contratos para aquisição de linhas telefônicas que ainda não tenham atingido a metade do prazo da lei anterior (menos de dez anos) estão submetidos ao regime do Código vigente, ou seja, 10 anos, por se tratar de direitos pessoais. Entretanto, consoante nossa melhor doutrina, atenta aos princípios da segurança jurídica, do direito adquirido e da irretroatividade legal, esses 10 (dez) anos devem ser contados a partir da vigência do novo Código, ou seja, 11 de janeiro de 2003.

Para efeito de prescrição em ações em contrato de participação financeira, o termo inicial é da data da subscrição das ações.

Nos contratos de participação financeira não incide a prescrição prevista no artigo 287, inciso II, alínea "g", da Lei nº 6.404/76.

PRESCRIÇÃO QUANTO AO PEDIDO DE DIVIDENDOS AFASTADA. PRAZO PRESCRICIONAL. ARTIGO 206, §3º, INCISO III, DO CC. MARCO INICIAL. APÓS O RECONHECIMENTO DO DIREITO À COMPLEMENTAÇÃO ACIONÁRIA.

"PROCESSUAL CIVIL. DIREITO CIVIL E COMERCIAL. BRASIL TELECOM. COISA JULGADA. NÃO OCORRÊNCIA. PRESCRIÇÃO. ART. 287, II, 'G', DA LEI N. 6.404/76. INAPLICABILIDADE. DIVIDENDOS. PRESCRIÇÃO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NÃO PROTELATÓRIOS. DECOTE DA MULTA.

1. Não há por que cogitar de coisa julgada se não há efetiva identidade entre o pedido e a causa de pedir, não bastando, para tanto, a simples coincidência das partes litigantes.

2. Em se tratando de demanda que tem por objeto relação de natureza tipicamente obrigacional, o prazo prescricional a ser observado é aquele previsto nos arts. 177 do Código Civil de 1916 (20 anos) e 205 do Código Civil atual (10 anos).

3. A pretensão de cobrança de indenização decorrente de dividendos relativos à subscrição complementar das ações da CRT/Celular prescreve em três anos, nos termos do art. 206, § 3º, inciso III, do Código Civil de 2002, somente começando a correr tal prazo após o reconhecimento do direito à

complementação acionária.

4. Deve-se decotar a multa imposta no julgamento dos embargos de declaração caso não sejam protelatórios.

5. Recurso especial conhecido em parte e provido para afastar a multa fixada quando do julgamento dos embargos de declaração." (Resp. 1044990/RS, Ministro Relator João Otávio de Noronha, j. 1º/03/2011).

INEXISTÊNCIA DE VIOLAÇÃO AO ATO JURÍDICO PERFEITO E ACABADO. LEGALIDADE DA CAPITALIZAÇÃO COM FUNDAMENTO EM PORTARIAS MINISTERIAIS AFASTADA. Não obstante as Portarias 881/90 e 086/91 do Ministério da Infra-Estrutura façam entender que o valor patrimonial da ação no momento da retribuição ao usuário/consumidor do contrato não corresponde ao da data da integralização, mas sim ao valor apurado no primeiro balanço elaborado e auditado, eventuais cláusulas baseadas nessa direção configuraram enriquecimento ilícito da concessionária de telefonia pública, em detrimento do contratante.

Ressalta-se, que a arguição de violação a ato jurídico perfeito e acabado, pugnado pela concessionária, sob o argumento de que a ausência de atualização dos valores investidos pelo acionista se justifica pelo sistema normativo vigente à época em que a contratação aconteceu, não pode prosperar, pois, ainda que a regulamentação administrativa que vigia antes do advento da Portaria 881/90 do Ministério da Infra-Estrutura dispusesse sobre a desnecessidade de correção monetária, tal discussão é irrelevante para a finalidade à qual foi invocada na peça de bloqueio. Isso porque, tal atualização não se confunde com os valores que tem direito o usuário a perceber.

VIABILIDADE DO PEDIDO DE DIVIDENDOS. O Superior Tribunal de Justiça firmou posição no sentido que os dividendos se constituem em direito natural da complementação das ações, diante do reconhecimento do direito da parte apelada em receber as ações subscritas a menor.

VALOR PATRIMONIAL DA AÇÃO APURADO COM BASE NO BALANCETE DO MÊS DA INTEGRALIZAÇÃO. APELO PROVIDO NESTE PONTO. O cálculo do valor patrimonial das ações suprimidas, deve ser

realizado com base no balancete do mês da integralização ou do pagamento da primeira parcela, conforme a Súmula n.º 371 do Superior Tribunal de Justiça.

"O valor patrimonial unitário da ação deve ser o aferido em balancete da empresa de telefonia elaborado no mês em que houve o desembolso pelo consumidor, ou, tendo ocorrido a quitação de forma parcelada, o mês em que houve o pagamento da primeira prestação. Precedentes do STJ no Resp n. 975.834/RS."(Des. Relator: Paulo Roberto Camargo Costa. 08/01/2010).

DESNECESSIDADE DA APURAÇÃO DE DIFERENÇAS NA FASE DE CONHECIMENTO. No momento da prolação da sentença, as provas coligidas ao feito eram suficientes à demonstração da procedência do pedido, sendo que a apuração quantitativa da tutela assegurada ficou reservada para fase posterior, fato que não constitui em qualquer irregularidade processual ou prejuízo aos litigantes.

INDENIZAÇÃO DE PERDAS E DANOS APURADA COM BASE NA MAIOR COTAÇÃO DAS AÇÕES NO MERCADO FINANCEIRO, NO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE A INTEGRALIZAÇÃO E O TRÂNSITO EM JULGADO DESTA DECISÃO. SENTENÇA QUE ADOTOU CRITÉRIO DIVERSO DAQUELE UTILIZADO POR ESTA CÂMARA. AUSÊNCIA DE INSURGÊNCIA DA PARTE APELADA. DECISÃO MANTIDA, SOB PENA DE REFORMATIO IN PEJUS.

HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. RAFORMA DA DECISÃO A QUO. FIXAR EM 15% SOBRE O VALOR DA CAUSA. ARTIGO 20, §3º, DO CPC.

Recurso conhecido e provido.

Os embargos de declaração opostos na origem foram rejeitados (fls. 194/198).

Em suas razões, o recorrente alega afronta aos arts. 128, 460 e 461, § 4º, do Código de Processo Civil/1973, bem como dissídio jurisprudencial. Aduz que, ao "contrário da fundamentação externada na r. decisão recorrida (...) se manifestou acerca da indenização atinente a telefonia móvel" (fl. 234); e que a empresa ora recorrida

"não apresentou o Contrato de Participação Financeira firmado entre as partes, conduta desidiosa que autoriza a aplicação de sanção pecuniária" (fl. 236). Pretende "além da subscrição acionária e seus proventos em relação à telefonia fixa (...) pagamento de indenização também em relação a bonificação em virtude da cisão da telefonia fixa em móvel" (fl. 237); e a "aplicação de sanção pecuniária, tendo em vista a inércia da parte ré/recorrida que até o momento não apresentou o contrato de participação financeira firmado entre as partes" (fl. 238).

Passo a decidir.

De início destaco que a decisão recorrida foi publicada antes da entrada em vigor da Lei n. 13.105 de 2015, estando o recurso sujeito aos requisitos de admissibilidade do Código de Processo Civil de 1973, conforme Enunciado Administrativo 2/2016 desta Corte.

O Tribunal de origem, ao julgar os embargos de declaração, concluiu pela não ocorrência de julgamento *extra* ou *citra petita*, assim se pronunciando (fls. 197/198):

No caso em apreço, não se verifica omissão, contradição e/ou obscuridade sustentada pela parte. Isto porque não houve pedido na exordial e, nas razões recursais quanto a indenização da telefonia móvel, bem como da astreinte.

Observa-se que houve tão somente pleito para a exibição de documentos das ações de telefonia móvel, vejamos:

(...) o pedido inicial não pode ser implícito, na medida que cabe ao demandante requerer de forma clara e objetiva a sua pretensão.

Portanto, diante da ausência do pleito quanto a indenização das ações de telefonia móvel e da astreinte, o presente recurso deve ser conhecido e rejeitado.

(...)

Do acima transcrito verifica-se que o magistrado, a partir de sua interpretação, concluiu pela não ocorrência de pedido em relação às ações de telefonia móvel e de multa diária.

Esta Corte entende que "O pedido é aquilo que se pretende com a instauração da demanda e se extrai a partir de uma interpretação

lógico-sistemática do afirmado na petição inicial, recolhendo todos os requerimentos feitos" (REsp 120299/ES, Rel. Ministro Sálvio de Figueiredo, DJ de 21.9.1998). Nessa direção:

AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. JULGAMENTO *EXTRA PETITA*. NÃO CONFIGURAÇÃO. REVISÃO DE VALORES REFERENTES A TAXA DE OCUPAÇÃO DO IMÓVEL, RESTITUIÇÃO DE PARCELAS PAGAS E INDENIZAÇÃO POR BENFEITORIAS. REEXAME DE FATOS E PROVAS. SÚMULAS 5 E 7/STJ.

1. Não configurado o alegado julgamento *extra petita* quando, a partir da interpretação lógico-sistemática, infere-se que o tema tratado nas instâncias de origem compreende-se no requerido pelo autor.
2. Não cabe, em recurso especial, reexaminar matéria fático-probatória e a interpretação de cláusulas contratuais (Súmulas 5 e 7/STJ).
3. Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt no AREsp 1260864/SP, de minha relatoria, QUARTA TURMA, julgado em 13/11/2018, DJe 19/11/2018)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA. SEGURO. INVALIDEZ. OFENSA AO DEVER DE INFORMAÇÃO RECONHECIDA PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. REEXAME DE FATOS E PROVAS. SÚMULAS 5 E 7/STJ. COBERTURA DEVIDA. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. A apreciação da pretensão segundo uma interpretação lógico-sistemática da petição inicial não implica julgamento *extra petita*, pois, para compreender os limites do pedido, é preciso interpretar a intenção da parte com a instauração da demanda. Se a demanda abrange toda relação contratual, o julgador pode extrair do contrato o verdadeiro alcance de suas cláusulas, dirimindo as dúvidas que surgirem, sem que isso configure ofensa ao art. 141 do CPC.
2. O Tribunal de origem reconheceu que houve violação ao dever de informação, pois o segurado não foi previamente

informado quanto aos limites da cobertura contratada. No caso em análise, a modificação desse entendimento demandaria o revolvimento do suporte fático-probatório dos autos e de cláusulas contratuais, o que é inviável em sede de recurso especial (Súmulas 5 e 7/STJ), mantendo-se a cobertura securitária reconhecida na origem.

3. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp 1311104/MS, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 13/11/2018, DJe 23/11/2018)

Dessa forma, constata-se que as matérias referentes à multa diária e às ações de telefonia fixa não foram objeto de debate pela Corte de origem, que entendeu devidamente fundamentado seu acórdão, sem necessidade de se pronunciar sobre ponto que não julgou necessário ao deslinde da questão. Assim, não levantada a negativa de vigência ao art. 535 do Código de Processo Civil/1973 nas razões do especial, incidentes as Súmulas 211/STJ e 282/STF, por ausência de prequestionamento.

Em face do exposto, não havendo o que reformar, nos termos do art. 34, XVIII, "b", do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, nego provimento ao recurso especial.

Intimem-se.

Em face do exposto, caracterizado o caráter claramente protelatório do recurso em análise, rejeito os embargos de declaração, com imposição de multa de 1% sobre o valor da causa.

Intimem-se.

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora